

O artesanão das trajetórias: uma análise de obras sociobiográficas produzidas por José de Souza Martins

PRISCILA DE OLIVEIRA COUTINHO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação, Belo Horizonte - Minas Gerais, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-7178-2789>
prioliveiracoutinho@gmail.com

MARÍLIA MÁRCIA CUNHA DA SILVA

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0008-8659-8838>
marilia.silva.1@cp2.edu.br

Introdução

Quando, em 1955, C. Wright Mills escreveu aos seus estudantes sobre as práticas de “artesanato intelectual”, o professor e sociólogo estadunidense apresentou uma proposta de exercício sociológico livre de “leis”, de controle e de receitas, ou seja, uma Sociologia construída por trabalhadores que não estariam alienados pelos métodos, pelos financiadores e por controles externos, mas permaneceriam associados ao seu ofício, controlando todos os seus processos e mantendo a curiosidade e a liberdade criativa (Mills, 2009). Mills (2009) utiliza a noção de artesanão e de operário para refletir sobre o artesanão intelectual, o qual não separaria seu trabalho das outras esferas de sua vida e utilizaria não apenas suas leituras em Ciências Sociais e nas áreas diversas do conhecimento, como também seus episódios, suas experiências, ideias, escritas, fotografias etc. como matéria-prima para a execução de suas obras.

A ideia de “artesanato” era característica do trabalho pré-moderno. Um artesão seria aquele que estaria ligado a todas as etapas do processo produtivo, desde a concepção, passando pela execução e chegando à distribuição do bem fabricado a partir dos ensinamentos tradicionais. O trabalhador dedicado ao artesanato dominaria completamente os estágios da construção do objeto, ao projetar sobre ele sua liberdade criativa, seus pensamentos de aperfeiçoamento e cuidado, e todo o domínio dos materiais com os quais lhe dará forma.

Com o avanço do modo de produção capitalista, a atividade artesanal se decompôs em diversas operações e o trabalho manual foi dissociado do intelectual, o saber foi separado do fazer (Keller, 2014). O trabalhador, no capitalismo, estaria alienado, separado do conhecimento sobre a produção dos bens e apartado de tudo o que ele próprio produziu. As oficinas e as práticas artesanais declinaram para dar lugar a um trabalho que, assim como as coisas, também seria mercadoria, objetificado, dependente das ordens, do controle do tempo e das decisões da burguesia (Hallak, 2018).

Um artesão intelectual – ao contrário de um pensador “técnico”, alienado do seu tempo e de sua curiosidade pelas novas regras da produção em Ciências Sociais – estaria profundamente conectado às suas obras ao exercitar uma qualidade e sensibilidade comuns aos artesãos: a imaginação. No caso dos cientistas sociais, a “imaginação sociológica”. Ter imaginação sociológica, explica Mills (2009), seria uma habilidade desenvolvida por meio do trabalho contínuo, cotidiano, pela combinação de ideias e pela autorreflexão. Ela possibilita, ao pensador, compreender biografias em associação ao contexto social e histórico – inclusive a trajetória do próprio pensador. Mills (2009, p. 84) explica que a imaginação sociológica viabilizaria ao intelectual a compreensão não apenas da estrutura social, “dentro dessa estrutura formulam-se as psicologias de uma variedade de homens e mulheres”. A imaginação sociológica, mais do que uma proposta de trabalho, seria uma proposta existencial. É uma forma de ser e viver na qual o intelectual estaria sempre em estado de observação, de atenção, ao captar os acontecimentos e compreender “o significado humano de questões públicas, relacionando-as com dificuldades pessoais – e com os problemas da vida individual” (Mills, 2009, p. 58). Uma jornada intelectual só estaria completa, afirma o autor, quando – após atravessar escalas – problemas de biografia, de história e de suas interseções numa sociedade estivessem associados, redigidos e entregues em linguagem simples (Mills, 2009).

O professor e pesquisador paulistano José de Souza Martins se reconhece como artesão intelectual e revelou suas pretensões de instigar a imaginação sociológica nos estudantes de Sociologia, com os quais trabalhou de 1965 a 2003, ano de sua aposentadoria (Martins, 2013b). Ele argumenta que começou a prática do artesanato ainda nos tempos de graduação, nos anos 1960, pouco tempo após o texto de Mills ser publicado, em 1959. Sentiu a urgência do convite feito pela imaginação sociológica, quando tudo à sua volta lhe pedia uma explicação que ultrapassasse o entendimento do senso comum (Martins, 2013b). Sua curiosidade e a busca pelo constante estranhamento o levaram à investigação de si, a ver-se como outro e como objeto, e a analisar trajetórias sobre as quais recaíam poderes diversos, combinados para produzir seus rumos (Martins, 2013a).

Ele produziu obras sobre aspectos diversos da sociedade brasileira, em especial aqueles relacionados à questão agrária: o sociólogo elaborou análises sobre a modernização do campo e as condições de trabalho em sua relação com o acesso à terra – por camponeses e indígenas – e com a industrialização

(Suzuki, 2016). Também escreveu sociobiografias a fim de analisar as rupturas e as discontinuidades de experiências de vida ao associá-las ao contexto social e histórico no qual estavam inseridas.

A partir da perspectiva científica apresentada por Mills e desenvolvida por Florestan Fernandes e Henri Lefebvre, Martins (2021, p. 10) propõe a “Sociologia da Vida Cotidiana”, uma ciência atenta ao “aparente das ações e relações sociais cotidianas na medida das estruturas sociais e dos processos históricos que lhes dão sentido”. Martins (2021, p. 11) explica que se trata de um “modo sociológico de ver”. O pesquisador descreve:

O foco e a temporalidade da observação sociológica deslocaram-se para a vida cotidiana, para os processos microssociais, para o que muitos consideram, equivocadamente, o irrelevante. Minha orientação teórica tem sido a de passar ao largo desse desdém e buscar os liames entre as estruturas sociais profundas e datadas, duradouras, ocultas, e suas expressões no cotidiano, ordinário e banal (Martins, 2021, p. 10).

Na perspectiva de Martins (2021), a análise de biografias como expressão da relação entre a vida cotidiana e os fenômenos sociais constituiria “teorias da existência”. A investigação de trajetórias ordinárias – ou extraordinárias – possibilitadas pelos processos sociais e históricos levaria o sociólogo a compreender diferentes temporalidades, subjetividades, contradições e espaços a partir dos fenômenos sociais. O “sociólogo da vida cotidiana”, um artesão intelectual, não apenas narraria os acontecimentos de uma vida, mas tentaria compreendê-los como parte da “multiplicidade lógica do real” (Martins, 2021, p. 68).

Por meio de biografias, seria possível examinar a sociedade brasileira em seus paradoxos e em sua historicidade. A análise biográfica construída artesanalmente por meio da Sociologia da Vida Cotidiana não seguiria planos ou métodos de correntes específicas, mas exercitaria a sensibilidade resultante do estudo rigoroso de diferentes análises e teorias, da atenção aos eventos corriqueiros, da autorreflexão permanente. A obra daí resultante deveria ser entregue ao público na forma de uma escrita com virtudes literárias, atenta à adequação e inteligibilidade das palavras.

Neste artigo, apresentaremos parte do artesanato intelectual construído por Martins – especialmente aquele que resultou em estudos sobre as trajetórias do industrial Conde Matarazzo, da poetisa Francisca Júlia e do próprio autor –, o qual nos forneceu análises sobre o advento da modernidade brasileira e a passagem da “sociedade estamental”, baseada no reconhecimento e na permanência das posições, para a “sociedade industrial”, na qual os antigos critérios de hierarquização social passam a conviver com outros, mais impessoais, já estreitamente vinculados aos capitais econômico e cultural¹. Neste período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX, no qual se passam as biografias, modos de viver, de ser e de trabalhar compuseram as experiências individuais daqueles que experimentaram as transformações dos tempos.

¹ Embora tenhamos examinado de maneira cuidadosa várias obras do autor, nela não encontramos análises que dessem especial relevância às consequências da estratificação racial no Brasil, seja no âmbito do mundo do trabalho ou das sociabilidades. Menções acerca das diferenças entre a vida das pessoas negras escravizadas e dos imigrantes trabalhadores se fazem presentes em *O cativo da terra* (2010), e considerações sobre a condição do negro na obra de Roger Bastide são comumente aludidas em suas palestras, entrevistas e obras, mas a questão racial não parece ser um tema fundamental para o pesquisador. Dada a relevância científica, e para a esfera pública, do pensamento e da atuação profissional do sociólogo (inclusive como representante das Américas na Junta de Curadores do Fundo Voluntário da Organização das Nações Unidas [ONU] contra as Formas Contemporâneas de Escravidão e como coordenador voluntário da comissão da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça que elaborou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Escravo), consideramos que o campo sociológico brasileiro ainda carece de uma análise detida e sistemática do tratamento da questão racial em sua obra.

A exposição das obras a seguir acompanha a ordem dos processos sociais e históricos brasileiros, e não a ordem nas quais foram publicadas. Isso porque nosso objetivo é o de conectar as pesquisas de Martins para demonstrar algumas das matrizes do seu pensamento sociológico, assim como sua particular compreensão das Ciências Sociais.

Francisca Júlia, a musa impassível

A biografia sobre a poetisa paulistana Francisca Júlia foi publicada em 2022, ano de comemoração do centenário da Semana de Arte Moderna. A partir da vida de Francisca Júlia, Martins (2022, p. 11) se propõe a ser um “revisor de histórias e da própria História”. Nesta obra, Martins (2022) analisa o encontro das diferentes temporalidades reveladas na existência de Francisca Júlia – mulher, artista e herdeira das tradições das elites agrárias – e nas experiências artísticas promovidas pelos integrantes do Modernismo brasileiro, os quais pertenciam às elites e compartilhavam das mesmas tradições da poetisa, mas se propuseram a criar uma arte e um estilo de vida de rupturas com a “sociedade tradicional” que então se dissipava.

Martins (2022) expõe como, no Brasil vivido por Francisca, “idades históricas” se desencontraram e moldaram aquele indivíduo que, diante de inúmeras contradições e paradoxos, decidiu pôr fim à própria vida. O autor propõe que a morte da poetisa começou anos antes do fato consumado, e estava associada ao fim da estrutura na qual Francisca viveu sua infância e produziu sua obra poética. O “sociólogo da vida cotidiana” utilizou biografias, jornais, fotografias, obras científicas e literárias para compor o quadro sobre a vida de Francisca e sobre sua relação com os ideais da Semana de 1922.

Voltar à Francisca Júlia, diz Martins (2009, p. 15), é voltar ao

Complexo período de transição de uma sociedade fundada no trabalho escravo para uma sociedade fundada no trabalho livre. E às mudanças de convivência, de organização social e de mentalidade que essa transição engendrou.

Francisca Júlia da Silva nasceu em Xiririca, interior do estado de São Paulo, em 1871, período no qual o Segundo Império e a escravização de pessoas ainda eram vigentes. Filha de um advogado e de uma professora, o que Martins (2022, p. 121-122) identificou como sendo uma “classe média” que nasceu da “diversificação social decorrente da vitalidade da economia cafeeira e de seus desdobramentos nos setores econômicos não agrícolas”, Francisca recebeu a educação necessária às mulheres das elites da época: foi versada na língua culta e também em “prendas domésticas”.

Francisca recebeu, de seus pais, a “cultura de salão”, uma forma de diferenciação da elite que, segundo Martins (2022, p. 102), foi um “meio de elaboração e afirmação de identidades particulares e segmentadas”. Em sua casa, havia reuniões literárias com a participação de escritores que se tornaram renomados. Martins (2022, p. 103) diz que tais tertúlias eram:

Coisa modesta da sociabilidade da baixa classe média que se esboçava nos interstícios da grande diferenciação social que nascia da agonia da escravidão e da imensa e concentrada riqueza gerada pelo café. Foi ali que sua cultura literária se desenvolveu, conforme o testemunho de seu irmão.

O irmão de Francisca Júlia, Júlio César da Silva, também era poeta e, assim como a irmã, dedicava-se às escritas parnasianas – por influência, segundo ele, de poetas como Raimundo Corrêa e Teófilo Dias, os quais frequentavam sua casa (Martins, 2022). Os irmãos fiavam-se na língua culta e no rigor das suas regras, mas Francisca, diz Martins (2022), superou o irmão em talento e em prestígio. Eles herdaram do pai a atenção ao formalismo da língua portuguesa e essa fidelidade à linguagem era vista, pela poetisa, como “resistência à sua vulgarização” e como uma maneira de afirmação da identidade brasileira – um nacionalismo metodológico, mas não temático, já que Francisca versava prioritariamente sobre misticismo. Segundo a poetisa, o português brasileiro era único e diverso e, por isso, preservá-lo em sua formalidade seria uma maneira de garantir a especificidade da nossa língua (Martins, 2022). A família de Francisca Júlia era uma ilha ilustrada num mar de analfabetos e fazia parte de um círculo de escritores e letrados, o que demonstra sua participação na elite intelectual do século XIX.

Francisca Júlia começou a publicar poemas em jornais em 1891, aos 20 anos de idade. Em 1895, lançou o livro *Mármore* e, em 1903, *Esfinges*, obras reconhecidas pela competência poética da autora. Também publicou obras voltadas para crianças, como *Livro da infância* e *Alma infantil*, este último escrito em parceria com seu irmão. Ambos foram utilizados nas escolas paulistanas.

O talento de Francisca Júlia para a poesia parnasiana foi reconhecido, mas também foi intensamente questionado, já que

Nas concepções e valores da sociedade da época, ser mulher e poeta ao mesmo tempo era uma duplicidade: ou mulher ou poeta, o que então se concebia como um atributo masculino. Francisca Júlia foi mais uma vez objeto de estranhamento público em artigos, ou em conferências, por representar essa “anomalia” (Martins, 2022, p. 116).

A poesia marmórea do parnasianismo demonstraria “atributos masculinos” em Francisca, ao distanciá-la da sua “condição feminina”, diziam os jornais (Martins, 2022, p. 116). A poesia estaria conectada a uma condição social que não era a dela, nem como mulher nem como pessoa sem meios e distante dos espaços de reconhecimento, diz Martins (2022). Francisca Júlia nasceu num período de transição da sociedade escravista para a do trabalho livre, de uma sociedade de submissão feminina para uma na qual a igualdade entre homens e mulheres ainda começaria a emergir.

A biografia de Francisca Júlia estaria atravessada por temporalidades diversas relativas ao trabalho, ao gênero e às artes:

O sofrimento de Francisca Júlia foi o sofrimento de muitas mulheres na grande e relutante transição da sociedade monárquica e escravista para a sociedade republicana de pessoas livres e apenas juridicamente iguais, mesmo assim, com restrições quanto ao voto e quanto à precedência na autoridade doméstica. A mulher brasileira permaneceria ainda, por três décadas em situação de menoridade social. Isso tornava as ousadias individuais, para pessoas como Francisca Júlia, quase inviáveis (Martins, 2022, p. 118).

A poesia, na história de Francisca Júlia, teria sido, de acordo com Martins (2022, p. 127), revolucionária por abrir, para uma mulher, a insubordinação intelectual – mesmo que esta viesse acompanhada de uma “poesia conservadora”. Martins (2022) afirma que Francisca Júlia foi uma vanguarda para a sociedade da época, uma vanguarda da temporalidade feminina, já que os tempos sociais dos homens e os das mulheres estavam cindidos:

Para que o tempo de ambos fosse um só, era necessário que mulher e homem fossem reconhecidamente iguais, que não eram e ainda não são. [...] A diferença das temporalidades decorre da vivência social, da experiência social, neste caso, distintas de homem e de mulher. A sociabilidade da mulher era limitada a grupo social de referência diferente do de referência do homem (Martins, 2022, p. 34).

Havia, de acordo com Martins (2022), uma cronologia masculina e uma feminina decorrentes das diferentes temporalidades de gênero. Francisca Júlia estava à frente do tempo feminino, ainda que a cultura dominante, masculina, situasse sua poesia na retaguarda da arte e da literatura, por representarem a velha ordem, com a qual se tencionava romper.

Após um período de reconhecimento e publicações, Francisca Júlia começou a se afastar do mundo intelectual. No início do século XX, a poetisa mudou-se para São Paulo com sua família, a qual buscava reinserção no “novo mundo social que nascia da crise da escravidão” (Martins, 2022, p. 121). A família procurava seu lugar na “sociedade reinventada”, especialmente por terem sido “lançados nas indefinições das categorias sociais desfiguradas pelas mudanças” (Martins, 2022, p. 121). Com o advento do novo regime, da nova estrutura social, sua família começou a experimentar o declínio financeiro e do prestígio social no interior e no período da sociedade escravocrata. As poesias de Francisca Júlia – publicadas postumamente – passam, nesse período, a refletir a melancolia e o desencanto que expressam o esfacelamento do seu velho mundo, com seus espaços e construções identitárias.

Em São Paulo, capital, as novas temporalidades se apresentavam seja com a expansão dos bondes, seja com a chegada dos imigrantes, que não apenas falavam novas línguas, como também traziam outras experiências políticas e laborais, novas demandas, aspirações, carências, concepções de vida e de trabalho (Martins, 2022). Temporalidades desencontradas, pois a nova ordem convivia com a “cultura do preconceito” contra o negro, que continuou a existir apesar do fim da escravidão (Martins, 2022, p. 120).

Aquela foi uma época de integração, ainda que problemática, em ritmos e níveis desiguais, de novos contingentes humanos à sociedade paulista de então, como o imigrante recém-chegado, o negro recém-saído da escravidão e o branco de condição modesta, sobrando de um estamento dominante que ruía para as posições inferiores da nova sociedade ou se diluía, ascendendo, na burguesia que estava nascendo (Martins, 2022, p. 151).

Francisca Júlia manteve uma vida “modesta” na capital e não participou das novas possibilidades de integração. Chegou a participar da primeira Academia Paulista de Letras, criada em 1907, mas não aceitou participar da segunda, criada em 1909. A poetisa ministrou, ainda, palestras sobre feitiçaria a partir de análises sobre a cultura e as tradições brasileiras, ainda que de modo positivista (Martins,

2022). Rompeu com o catolicismo e buscou uma religiosidade não conformista, ecumênica e pluralista (Martins, 2022).

Com o tempo, ela entrou no esquecimento e sua rica poesia passou a refletir um passado a ser superado:

Atualização do Brasil de uma identidade difícil e de uma transformação social que queríamos superar para renovar. A história e a tragédia de Francisca Júlia reúnem e sintetizam os desencontros de sua geração. Especialmente o da mulher intelectual, abruptamente arrancada do patriarcalismo estamental e escravista. Confinada, porém, no vazio da transição. Desafiada a assumir protagonismo na reinvenção da sociedade brasileira com os cacos e os restos da sociedade que acabava aos trancos e barrancos (Martins, 2022, p. 27).

Francisca Júlia produzia arte obsoleta para um mundo a ser recriado e para uma História a ser recontada. Além disso, a poetisa não foi considerada “moderna” por não conseguir se desligar da vida e dos valores domésticos. Em 1909, aos 37 anos, se casou com Filadelfo Münster, telegrafista de segunda classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, e procurou manter a unidade da vida doméstica com a vida intelectual. Francisca Júlia era excelente com as palavras e também com a “costura e as agulhas”. “O senso comum de então pressupunha que fazer poesia era indício ‘evolutivo’ de ruptura com a vida doméstica e o que ela representava enquanto persistência da sociedade retrógrada [...]” (Martins, 2022, p. 171). Francisca Júlia era conservadora diante das demandas de avanços das artes e das sociabilidades feitas pelos filhos das elites agrárias ensinadas em “cultura de salão” e em valores cosmopolitas.

Francisca Júlia não aderiu ao modernismo, mas aderiu à modernidade, enquanto totalidade constituída pela contradição de juntar temporalidades datadas de diferentes épocas históricas, o passado, o presente e o futuro. Nela, o futuro estava exatamente no primado vivencial da forma (Martins, 2022, p. 171).

A poeta não se adaptava aos “novos costumes inovadores e criativos” que se erigiam sobre a sociabilidade tradicional e familista dos descendentes dos grandes latifundiários brasileiros. Os participantes da Semana de Arte Moderna a admiravam por sua “incompletude”, por ser uma referência a ser superada: “Francisca Júlia foi a personagem invisível e oculta da Semana, o fantasma que assombrava os espíritos dos que na Semana tentavam reinventar o Brasil”, diz Martins (2022, p. 199). Os artistas da Semana de Arte Moderna deram expressão às inquietudes identitárias de quase 50 anos e arremataram, com estilo próprio, expressões de busca e de criação de diversos intelectuais (Martins, 2022).

Moderno não era nem a antecipação do futuro nem a possibilidade do futuro, mas o conjunto dos resíduos do passado, mediados por aquilo que era novo, mas não tinha lugar num modo de ser e de pensar que o estranhava. A atualidade do moderno se debatia entre temporalidades, o que de certo modo, assegurava algum lugar a todos. Ainda que vários dos modernos pudessem se auto representar como personagens de uma temporalidade só ou dominante (Martins, 2022, p. 148).

Antes da morte biológica, Francisca Júlia experimentou a morte social e literária. Sua biografia expressa as transformações da sociedade imperial e escravocrata para a sociedade capitalista e republicana com todas as mudanças e permanências que elas compartilham. Não foi considerada moderna por aqueles que haviam construído suas bases sobre as mesmas origens, sociabilidades e influências da poetisa.

Em 1920, o marido de Francisca Júlia faleceu de tuberculose e a poetisa decidiu juntar-se a ele, ao pôr fim à sua existência e aos conflitos que nela se fizeram corpo.

José de Souza Martins (2022) cinzela a história de Francisca Júlia para nos ajudar a compreender as transformações na sociedade brasileira, ao evidenciar como as mudanças da modernidade foram experimentadas em pequena escala, numa biografia repleta de contradições e desencontros, como o Brasil no início do século XX.

Francesco Matarazzo, o conde industrial

O estudo de Martins sobre a biografia do Conde Matarazzo foi concluído em 1966 e apresentado como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais (Sociologia) (Martins, 1976). O livro, publicado pela primeira vez em 1967, apresenta-se como uma análise de “Sociologia do Desenvolvimento”, numa tentativa de compreender as características institucionais do desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX.

O sociólogo desvenda como a biografia do imigrante italiano Francesco Matarazzo (1854-1937) e a história do grupo econômico² fundado e liderado por ele conectam-se às mudanças na economia brasileira, a qual passou de uma economia colonial agroexportadora para uma economia de industrialização nacional:

O conjunto das suposições [de Martins] tinha como núcleo empresários e empresas “vivos”, marcados embora pela situação, mas agindo e funcionando segundo as possibilidades históricas do momento, vivendo tensamente a constituição do capitalismo industrial. Não só a empresa como instituição, mas o empresário e o operário como sujeitos da mesma situação e agentes da institucionalização do industrialismo, situavam-se no fulcro explicativo das transformações que se operaram na sociedade brasileira até 1937 (Martins, 1976, p. 6).

Martins (1976) explica como uma história de vida seria ao mesmo tempo condicionada e produtora do tempo histórico e das transformações de uma sociedade. No caso do Conde, o autor desvenda, ainda, diversos aspectos simbólicos que teriam possibilitado a criação e o crescimento do grupo Matarazzo – ao demonstrar a relação entre herança sociocultural e desenvolvimento econômico. Para cumprir essa tarefa, Martins (1976) utilizou não apenas a reconstrução histórica, mas reportagens de jornais, estudos biográficos, documentos, fotografias, entrevistas e dados estatísticos. O autor afirma que, em Conde Matarazzo, o empresário e a empresa, “personalidade, grupo econômico e situação

2 Um grupo econômico seria um “conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns”, como definido por Maurício Vinas de Queiroz (Martins, 1976, p. 7). Uma empresa seria o grupo de estabelecimentos interligados; e empresário seria o dirigente principal quanto ao poder de decisão (Martins, 1976).

socioeconômica serão vistos como dimensões interdependentes do mesmo fenômeno – a industrialização em São Paulo” (Martins, 1976, p. 11-12).

O grupo Matarazzo é um dos mais antigos do Brasil. Fundado em 1881³ pelo recém-chegado ao país, Francesco Matarazzo, agregou atividades diversas como comércio e importação de itens, produção de banha de porco, de óleos, de farinha e de tecidos, atividades bancárias. O italiano havia deixado a província de Castelabate após as crises econômicas posteriores à unificação italiana e a morte de seu pai, proprietário e advogado de prestígio (Martins, 1976). A família Matarazzo descende de senhores feudais que tiveram vassalos por gerações e desfrutava, no final dos anos 1800, de posição social superior à dos outros membros da comunidade. Francesco Matarazzo seria alvo e herdeiro de expectativas condizentes com o “decoro de sua posição” (Martins, 1976, p. 47).

Conservar os membros da família em ocupações não subordinadas e, de preferência, de mando, expressava um privilégio de configuração tipicamente estamental, adquirindo conotações honoríficas no seio da comunidade. [...] Vê-se que, não obstante a acentuada rigidez estamental da comunidade, que a emigração ajudaria a preservar, ela estava sendo absorvida por um processo de mudança social significativo, mas não tão vigoroso que pudesse subverter os significados tradicionais da estrutura social em decomposição (Martins, 1976, p. 47-48).

A história de Francesco Matarazzo foi densamente explorada por biógrafos, mas, em torno dela, explica Martins (1976, p. 10), criaram-se “mitos” sobre o “operário número um de São Paulo”, um “*self made man*” dedicado ao trabalho, à poupança e ao pioneirismo – os quais o autor se propõe a desconstruir ao explicar as “contingências psico-socioculturais” que constituíram aquela trajetória (Martins, 1976, p. 10). A pesquisa elaborada logrou demonstrar que a permanência tanto da sociedade estamental no Brasil da passagem do século XIX para o XX, quanto das expectativas sobre a manutenção do *status* da família Matarazzo, possibilitaram esse “caso de sucesso”, resultado da permanência de prestígio e privilégios simbólicos transferidos da Itália ao Brasil. Matarazzo veio ao Brasil decidido a se dedicar ao comércio, mas sua vida logo “denunciaria um esforço deliberado em busca do prestígio – o sucesso social mediante êxito financeiro – como mostram claramente as marcas que nesse sentido ostentou sucessivamente: cavaliere, coronel, comendador, conde” (Martins, 1976, p. 52).

Matarazzo desfrutou de uma posição social na Itália que lhe concedeu meios para reafirmar a posição da família: ele se sentia impelido a reconciliar seu novo “eu social” do passado com as condições do presente. Suas “disposições” se refletiriam nas atitudes posteriores de centralização do poder e exercício de autoridade inerentes à dominação familiar, reflexos da sociedade estamental de posição (Martins, 1976, p. 55-56).

Francisco estabeleceu relações com a elite paulistana muito cedo. [...] Mas essas relações, ao que tudo indica, um desejo de ascender à mesma condição e sim de ostentar a marca que o distinguisse do imigrante comum. Com efeito, embora mantivesse a melhor convivência com a elite local, nunca se preocupou em ser um igual, por exemplo, através de ligações de família. A quase totali-

3 Martins (1976) elege o ano de 1881 como o da fundação do “Grupo Matarazzo”, ao incluir, nele, a primeira atividade comercial do Conde.

dade dos seus filhos casou-se com italianos e duas filhas casaram-se com príncipes italianos. Não via na elite paulistana a meta a ser alcançada e se considerava, mesmo, em melhores condições do que elas. Sempre procurou conservar bem nítidas as suas ligações com a Itália, em particular com a comunidade, onde mantinha propriedade (Martins, 1976, p. 61).

Segundo o sociólogo, Matarazzo alcançou altos rendimentos financeiros por trazer, ao Brasil, uma “autoconcepção estamental” e, aqui, buscar os recursos que perpetuassem sua posição na comunidade italiana. Ele lembra, inclusive, que Matarazzo era adepto e tinha sua posição reconhecida pelo regime fascista, o que, ao mesmo tempo, o distinguia e o conectava às massas (Martins, 1976, p. 68). No Brasil, Matarazzo conseguiu interpretar as condições econômicas necessárias para expandir seu grupo empresarial em atividades diversas e se tornar um dos homens mais ricos da América Latina do início do século XX.

Como conta Martins (1976), Matarazzo chegou ao Brasil e estabeleceu-se em Sorocaba-SP, onde foi acolhido por outro imigrante italiano, sapateiro e conselheiro municipal, que o ajudou apresentando-os aos locais. O recém-chegado estabeleceu uma *venda* que deu início à comercialização de produtos, tornou-se tropeiro e, em suas viagens, percebeu que faria bom negócio ao produzir, estocar e vender um item importado: a banha de porco.

Martins (1976) argumenta que uma estratégia fundamental para o sucesso da empreitada de Matarazzo foi a da quebra das relações entre importador e consumidor: o empresário começou a acumular capital justamente a partir da “indústria de gordura”, a qual, antes, era importada dos Estados Unidos. Ele buscava os fornecedores – um fator único dentre os outros produtores de banha, os quais esperavam os fornecedores os procurarem – e começou a criar formas mais eficientes de venda e estocagem da gordura. Assim, começaram as atividades do grupo Matarazzo – que, no livro de Martins (1976), por vezes, se confunde com a própria figura do proprietário. “Nessa época, a possibilidade de fundação de indústrias relacionou-se com as possibilidades de acesso direto aos mecanismos de distribuição de mercadorias que liberassem os industriais dos interesses dos importadores”, explica Martins (1976, p. 23). O baixo nível de vida da população e o alto preço dos bens importados teriam protegido o industrial brasileiro, o qual se fiava sobre as necessidades dos novos mercados consumidores, nascidos após o fim da escravidão.

As ocorrências básicas relativas à possibilidade da indústria no Brasil referem-se sem dúvida à supressão do trabalho escravo e à imigração estrangeira para atender à demanda de mão de obra, pelo alargamento da faixa dos consumidores-compradores. [...] Surgiu um acréscimo de mercado que não podia ser atendido pelo comércio importador, mas que podia servir-se de sucedâneos mais precários dos produtos importados, produzindo aqui mesmo. É o caso da banha e da cerveja (Martins, 1976, p. 70).

Após iniciar suas atividades de comércio e de produção de banha de porco, Francesco convidou seus irmãos para virem ao Brasil, associarem-se a ele e expandirem as atividades, fundando a Matarazzo & Irmãos. Martins (1976, p. 28) explica que esse grupo representava as “tendências clônicas da

indústria paulista” e refletia a maneira familiar como grupos europeus trabalharam e se mantiveram nas condições sociais adversas apresentadas pela imigração.

Após o desenvolvimento de atividades comerciais, o grupo Matarazzo passou para o ramo das importações e, em seguida, para o industrial. Tornou-se sociedade anônima e também se expandiu para atividades bancárias. “A atividade industrial só seria possível, pois, associada secundariamente a grandes empreendimentos comerciais ou deles dependente. Neste sentido, o caso Matarazzo é típico”, explica Martins (1976, p. 82). O grupo Matarazzo frutificou graças à necessidade do mercado interno de produtos manufaturados, pelo protecionismo alfandegário e pelos investimentos em infraestrutura feitos pelos ingleses no início do século XX (Martins, 1976).

De 1887 a 1900, o capital do grupo se multiplicou, em média, 764% ao ano. Tal lucro exponencial dos industriais foi gerado, num primeiro momento, pela expansão das horas de trabalho e pelos baixos salários pagos aos trabalhadores. “A circunstância repercutia nas relações de produção, através de precária remuneração, da exploração do trabalho do menor e da mulher etc., o que por sua vez confirmava uma concepção de lucro extremamente rígida” (Martins, 1976, p. 86). Em 1900, quando foi inaugurado o moinho para a produção de farinha, Matarazzo passou a viver num dos palacetes da Avenida Paulista, então ocupada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais (Martins, 1976). A partir daquele ano, a atividade industrial do grupo se desdobrou em diversas outras.

À medida que os operários foram tomando consciência do seu antagonismo com a burguesia, as greves se tornaram mais numerosas e os patrões tiveram de se reconstruir, como “tipo humano”, em novas bases, num fenômeno identificado pelo sociólogo como “paternalismo de empresa” (Martins, 1976, p. 99).

O empresário ressurgiu, então, como “chefe” e a empresa como a “comunidade”, onde o patrão ouve os problemas “pessoais” dos seus empregados, dá conselhos e com eles, seus “dependentes”, confraterniza. A espoliação transubstancia-se numa dominação tradicional, em que a autoridade, exercida através da empresa, provém muitas vezes de um nome abstrato, de um ser que raramente ou nunca é visto, mas que é um “igual” e “cujo coração estremece pelos anseios dos seus dependentes”, como demonstram as obras de caridade dentro e fora da empresa (Martins, 1976, p. 99).

Matarazzo exercia o paternalismo de empresa e fomentava a figura do “primeiro operário” – aquele que chega antes e sai da empresa depois de todos ao trabalhar para o bem dos seus dependentes. Ambas estratégias atuaram na constituição do “mito” sobre o Conde. A dominação tradicional identifica-se com a “autoconcepção estamental” de Matarazzo e com a sua característica de “concentrador de decisões”; a imagem do trabalhador extraordinariamente dedicado afina-se com a ideologia do mérito, que já funcionava como coeficiente de legitimação social naquela sociedade que se industrializava. A imagem pública que amalgamava princípios tradicionais e modernos era perfeitamente acolhida por uma sociedade em transição.

A partir da biografia do Conde Matarazzo, um imigrante que, em poucos anos, se tornou o homem mais rico do Brasil, Martins (1976) explorou o florescimento da indústria brasileira. O autor explica que, assim como o Brasil das primeiras décadas do século XX, Matarazzo também perpassa diferentes temporalidades: as da sociedade estamental e as da modernidade.

A empresa clânica, o capitão-de-indústria e o paternalismo empresarial não são simplesmente heranças culturais marcando o surgimento da indústria brasileira, mas são isto sim, produtos indispensáveis da economia de país que precisou industrializar-se antes do pleno rompimento das relações econômicas e sociais internas fundadas nos vínculos coloniais (Martins, 1976, p. 110).

Matarazzo seria apenas um “caso típico” do industrialismo nacional, no qual privilégios e posições associados às novas formas de produção e de trabalho ajudariam a explicar as transformações nas estruturas sociais brasileiras.

José, o moleque de fábrica

A obra *Moleque de fábrica* foi publicada em 2011 e tem como proposta ser um livro de memórias sobre a infância e a adolescência operária do autor. Martins (2018) busca, na sua história familiar, a partir das biografias de seus ancestrais e da sua própria, compreender não apenas as transformações no mundo do trabalho, como, aqui também, o (des)encontro de temporalidades no momento de transição entre modos de produção no Brasil.

A memória dos que viveram transições sociais e históricas acaba sendo a memória dos muitos eus que cada um é, as diversas vidas que ganhamos, mas também as várias mortes que sofremos com o passar do tempo. [...] Minha geração é dos filhos da Era Vargas, a geração dos que viveram a grande e complicada transição do Brasil pós-escravista do café para o Brasil da grande indústria [...]. É a geração que viveu essa experiência humana de rupturas e redefinições, de certezas provisórias e cotidianas e de incertezas históricas, de socialização e educação pelo medo, para que pudessem temer para trabalhar e para humanizar-se pelo trabalho (Martins, 2018, p. 447).

O autor relata as experiências dos seus avós com a imigração e com o trabalho, a inserção de seus pais – especialmente sua mãe – na industrialização paulistana e as suas próprias experiências como filho das classes operárias. Na composição de suas memórias, o autor utiliza fotografias, anotações suas e dos familiares, livros escolares, enciclopédias, correspondências, documentos de cartório e de igrejas, objetos, conversas com familiares e suas próprias lembranças. Martins (2018) constrói um quadro da chegada da modernidade a São Paulo e usa a imaginação sociológica nessa construção ao valorizar a sua memória e o vivencial. Como explica em seu trabalho sobre o artesanato intelectual, ele utilizou:

o próprio sociólogo como personagem de uma memória de processos interativos pretéritos, de vários momentos de sua socialização para a condição de adulto. Memória não invocada factualmente, mas presente na armadura e nas entrelinhas do texto, como expressão de uma visão de mundo, como fator extracientífico do conhecimento. [...] Uma espécie de reciclagem sociológica dos dados da memória que, de outro modo, se perderiam ou que, até mesmo, nunca seriam alcançados pela pesquisa convencional e quantitativa. O sociólogo, retrospectivamente, até como

testemunha de suas próprias ações pretéritas, e depositário da informação histórica, antropológica ou sociológica da circunstância de sua socialização (Martins, 2013b, p. 20-21).

Em *Moleque de fábrica*, Martins (2018) apresenta o encontro e a sobreposição de múltiplas formas de experimentar o tempo, de compreender os fenômenos e de vivenciar o trabalho, ao comparar as temporalidades de artesãos, camponeses e operários; homens e mulheres; adultos e crianças.

José de Souza Martins nasceu em São Paulo-SP, em outubro de 1938. Filho de Alberto de Souza Martins e de Gertrudes Munhóz Martins, o autor descende de portugueses por parte de pai e de espanhóis por parte da mãe, ambas as famílias chegadas ao Brasil na década de 1910.

A família de seu pai é proveniente da aldeia de Santiago de Figueró, um local com fortes tradições católicas onde as pessoas eram distinguidas pela “qualidade de sua origem” (Martins, 2018, p. 44). Santiago de Figueró era uma aldeia às margens do mundo moderno, o qual já anunciava o fim da sociedade arcaica portuguesa. Martins (2018, p. 53) relata que seu bisavô era barbeiro e pedreiro, e sua bisavó, costureira, profissões tradicionais de um “grupo socialmente médio” que era alfabetizado. Sua avó e sua tia avó se casaram com carpinteiros que, como nas corporações de ofício, herdaram tais profissões de seus antepassados – e as passariam aos seus filhos e netos em Portugal e, depois, no Brasil. Assim que José nasceu, seu pai disse, inclusive, que o filho seria carpinteiro:

Tão logo terminasse o curso primário e chegasse aos onze anos de idade, eu iria trabalhar na carpintaria de seus primos, ali perto de casa, para “aprender um ofício”, o ofício de carpinteiro, o mesmo ofício de São José e de uma boa parte de minha família paterna. [...] Ter um ofício e a perspectiva de um ofício desde cedo trazia aos pais de então a tranquilidade de que a vida dos filhos e netos não seria arrastada na pobreza histórica e biograficamente tão próxima e tão visível. Para o trabalhador daquela época, pobreza era não ter profissão e, portanto, a perspectiva de não ter um trabalho honrado (Martins, 2018, p. 128).

José nasceu em famílias provenientes de “aldeias europeias”, com profissões ligadas ao artesanato, à transmissão, de geração em geração, de tradições, habilidades, conhecimentos e valores associados ao trabalho. José relata fazer parte de uma “linhagem de artesãos dessa profissão [carpinteiros], cuja história se perde nos meandros do tempo” (Martins, 2018, p. 14).

A família de sua mãe é originária da Colônia de San Pedro de Alcántara, uma colônia espanhola de pescadores e agricultores à beira do Mediterrâneo, e emigraram para o Brasil a fim de trabalhar nos cafezais do interior de São Paulo. Esse ramo da família permaneceria atrelado às cosmovisões rurais e às tradições da cultura caipira.

Vivendo em Rosa Mendes, Pinhalzinho-SP, região da Serra da Mantiqueira, os integrantes da família trabalharam como colonos até conseguirem juntar dinheiro para comprar “um lote de terras” em Arriá-SP, naquela mesma região. Ali, viveram os modos antigos de ser família “à moda caipira” – em contraponto à família portuguesa do pai que vivia no subúrbio da cidade de São Paulo-SP (Martins, 2018, p. 81). Assim como os familiares portugueses, os avós espanhóis de José também eram alfabeti-

zados e liam bastante – uma característica de exceção no Brasil da época, que possuía mais de 70% da população analfabeta (Ferreira, 2018, p. 5).

Tanto a família do pai, que chegou ao país para residir na cidade de São Caetano-SP, quanto a da mãe, a qual chegou ao Brasil para viver na “roça”, em Arriá-SP, experimentaram as rupturas da partida, as lealdades e as conversas com os outros distantes e imaginários, e o afastamento das gerações seguintes, as quais vivenciaram eventos como a Guerra Civil Espanhola ou a Segunda Guerra Mundial, fatos então muito distantes para aqueles que emigraram para o Brasil nos anos 1910 (Martins, 2018).

Os pais de José se casaram após a mãe, então na faixa dos 20 anos, ser mordida por um cachorro raivoso e ter de ir à cidade procurar ajuda médica na Hospedaria dos Imigrantes, local onde a tia de Alberto, o pai, procurava uma noiva para casar com o sobrinho de “idade avançada”, então com 40. Gertrudes aceitou o compromisso e, pouco tempo depois, nasceriam os dois filhos, José e João.

A mãe deixou a região rural e passou a viver no subúrbio, trazendo os desencontros entre ser mulher, espanhola e “da roça” numa família portuguesa e urbana, e num compromisso com um homem muito mais velho. Nas experiências familiares de Martins, se encontraram tempos de gênero, de origens e de classe diferentes que expressavam conflitos diversos, manifestações de um Brasil em formação com identidade indefinida.

Em 1944, o pai de Martins faleceu após as complicações de um acidente e sua mãe foi procurar trabalho numa das fábricas de São Caetano-SP – uma região densamente industrializada –, o que deu início à trajetória operária da família: do artesanato ao trabalho alienado, impessoal, privado de seu tempo e conhecimentos.

José narra as dificuldades da mãe em se adaptar ao mundo industrial e às expectativas de ser uma mulher viúva e jovem que tinha de criar dois filhos sozinha, e como, nessas buscas, ela tentou se reconectar às suas origens caipiras ao se casar com um trabalhador das indústrias Matarazzo, um rapaz que havia nascido na mesma região na qual ela cresceu, “herdeiro da mestiçagem indígena”, e com o qual retornou ao interior. Martins (2018) explica que, no período em que viveu na “roça”, o qual ele interpreta como de extrema dificuldade, aprendeu sobre as cosmovisões dos camponeses e sua forma de viver e de ser – que se chocavam com as dele, um menino crescido na cidade. Na roça, o tempo era orientado pelos ciclos naturais, pelo silêncio, pelo atravessamento de passado, presente e futuro e pelas formas mágicas de interpretar os fenômenos (Martins, 2018). Martins (2018, p. 291) afirma, inclusive, que

O subúrbio não era um bairro rural, não tinha, como na roça, as casas franqueadas pelo acesso aberto do parentesco, do compadrio e da amizade. Por isso, minha mãe nunca compreendeu os limites reais e simbólicos do privado, nunca entendeu que a vida na cidade e no trabalho fabril só se tornava suportável se fosse compartimentada, cada nicho com suas próprias regras e seu próprio modo de ser.

Martins (2018, p. 184) assinala que “a Sociologia” teria dificuldades para compreender o atravessamento de tempos, a “persistência de relações sociais e de concepções antigas” e a coexistência de tempos de diferentes datações, como aqueles observados nas experiências de camponeses e citadinos,

de homens e mulheres, de adultos e crianças. No Brasil do início do século XX, experiências radicalmente divergentes de compreensão do espaço e do tempo se encontravam.

A tentativa de voltar a viver no interior foi frustrada e a mãe teve de retomar seu trabalho na fábrica. José, com quase 12 anos, e já tendo terminado o ensino fundamental, teria de iniciar suas atividades laborais como qualquer filho de operários. O menino foi levado a uma oficina para trabalhar e, algum tempo depois, ingressaria como trabalhador de fábrica.

Na fábrica, o *moleque* – tratamento dado aos meninos pequenos que não trabalhavam – entrou em contato com um ambiente misterioso para aqueles que provinham do campo e do trabalho artesanal. Na fábrica, o trabalho era estranho, controlado, preciso, disciplinado.

Não raro o que se pedia ao trabalhador era que não pensasse muito, apenas fizesse. Era a lógica do processo de produção que regia o processo de trabalho, era a máquina que regia corpo e mente. Muita coisa estranha acontecia na fábrica, que não podia ser explicada. Sobretudo muita coisa que não podia ser compreendida por quem trabalhava. O operário dividia-se entre uma herdada concepção de trabalho que ainda dependia de um certo saber do trabalhador e uma nova concepção de trabalho em que trabalhar tendia a reduzir-se aos gestos de um corpo complementar da máquina. Se pensasse, interrompia o processo de trabalho e até podia provocar um acidente (Martins, 2018, p. 343).

Sobre as atividades na fábrica, o autor apresenta análises acerca das transformações e adaptações dos trabalhadores às novas demandas do trabalho moderno, capitalista: o choque de perder a autonomia e o conhecimento – o qual levou algumas operárias a “verem o Demônio” próximo às máquinas (Martins, 2018) –, as experiências com atividades repetitivas, com a intensificação da mecanização, com o aumento da vigilância e do controle do tempo. Na fábrica, José entrou em contato com movimentos grevistas, com o “paternalismo de empresa” e com o apelo de Getúlio junto aos trabalhadores, sintomas de um país que havia deixado a escravidão e se ajustava às demandas de trabalho modernas.

Não era claro para ninguém que estava em andamento uma ampla negação e destruição do saber produtivo pessoal. O trabalho criativo estava sendo substituído pelo trabalho repetitivo, o prazer pelo cansaço. A classe operária estava sendo expropriada de seu saber, mais do que de seu trabalho (Martins, 2018, p. 345).

Martins (2018) relata que, enquanto trabalhou na Cerâmica São Caetano na função de contínuo, servindo cafés, arrumando e limpando a sala dos engenheiros e organizando seus documentos, pôde concluir seus estudos e dali ingressar num curso universitário – escolha que não foi bem aceita pela família, a qual compreendia que continuar estudando era fugir ao trabalho. O livro termina com o fim da adolescência de Martins e com seu ingresso num universo discrepante de todas as experiências que ele havia tido até então: a universidade, espaço das elites que vivenciaram os palacetes.

Em *Moleque de fábrica* (Martins, 2018), o cientista social expõe a sua história e a de sua família em detalhes. Explica, a partir dessas biografias, como se formou o Brasil do início do século XX. Trata-se de documento precioso para a compreensão dos processos cotidianos por meio dos quais os

ideais modernos e o modo de produção industrial fundiram-se nas formas de vida caipira e nos modos de trabalho artesanais.

Os tempos sociais do capitalismo dos trópicos

Nas três biografias, Martins explora um tema densamente trabalhado em suas obras: o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as suas distintas temporalidades, ou seja, maneiras de vivenciar os tempos sociais, na transição de um modo de produção a outro. O autor se propõe a compreender fatores históricos, a multiplicidade dos possíveis e as singularidades das circunstâncias (Martins, 2010 [1979]). Ele analisa as transformações sociais brasileiras, do seio do escravismo aos rumos do “capitalismo dos trópicos” (Martins, 2010, p. 14) e assinala como as biografias oferecem interpretações sociológicas acerca da nossa singularidade e como expressões das transformações nas relações sociais e nas ideias que as legitimam. Martins procura trazer trajetórias diversas para a compreensão de processos sociais, ao incorporar as perspectivas de artistas, mulheres, crianças, operários, empresários e imigrantes.

Nas próximas duas seções, propomos duas linhas de análise a serem extraídas das sociobiografias aqui enfocadas. Na primeira, argumentamos que a análise dos três percursos ganha profundidade com o estudo dos textos dedicados à questão agrária no Brasil. Na segunda, defendemos que a autobiografia do autor, embora não alcance a fase de formação profissional como professor e pesquisador, se presta a uma meta sociologia, na medida em que oferece uma série de pistas para a compreensão de como, nas vivências do moleque de fábrica, podemos localizar a intuição posteriormente transmutada em conhecimento sociológico rigoroso. Isso concede um particular caráter pedagógico à obra. As considerações finais apresentam uma breve reflexão sobre as virtudes do sociólogo artífice.

O desvendamento da modernidade anômala na vida cotidiana

A essa altura do desenvolvimento da obra de Martins, temos a chance de analisar a sua sociologia a partir de uma perspectiva privilegiada, pois as diversas pesquisas encaminhadas por ele podem ser analisadas em seu conjunto. Pensando nisso, propomos que o cotejamento das três sociobiografias aqui enfocadas seja adensado com proposições dos textos voltados à questão agrária no Brasil. Trataremos mais especificamente dos manuscritos integrantes de sua obra mestra, *O cativo da terra*, coletânea resultante de investigações simultâneas sobre o regime de colonato nas fazendas de café e a industrialização em São Paulo (Martins, 2010 [1979]). O vínculo entre a industrialização e o mundo do campo constitui o ponto-chave da sua interpretação do Brasil. O livro apresenta não somente o pano de fundo, mas a tessitura interpretativa das biografias de Francisca Júlia, Francisco Matarazzo e do moleque de fábrica tornado *fellow* de *Trinity Hall*.

Isso porque os três personagens centrais das biografias viveram fases definitivas das suas trajetórias (embora em diferentes momentos de um percurso de cerca de 70 anos desde a abolição da escravatura até a ampla disseminação do trabalho assalariado no Brasil) num contexto em que estava em curso o reajustamento da prevalência do rural sobre o urbano tanto do ponto de vista ideológico

quanto econômico. Essa modernização, porém, se constituía de maneira anômala, já que fortemente dependente de diferentes formas de servidão (escravidão do negro e colonato do imigrante pobre), o que marca a sociabilidade, a economia, a cultura e o mundo do trabalho. É o que está na base da ideia de multiplicidade de mundos apresentada nas três sociobiografias.

A obra mestra de Martins (2010 [1979]) se dedica a explicar a entrada da sociedade nacional no mundo capitalista. Com profunda e sistemática pesquisa histórica voltada tanto para o setor agrário quanto para o industrial, Martins (2010 [1979]) formula interpretação inovadora sobre a centralidade dos mecanismos não capitalistas de incremento do capitalismo nacional, ao refutar teses consagradas sobre as origens da nossa industrialização.

O autor argumenta que a solução para a sobrevivência do capital formado na sociedade escravista foi a mudança na forma de tratamento legal da terra, associada à utilização de trabalho livre (e não assalariado) característico do regime de colonato. Ou seja, variadas formas de servidão foram fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Martins, (2010 [1979])⁴.

Antes mesmo da Lei de Terras, de setembro de 1850, grandes fazendeiros já estavam conscientes de que a escravidão reprimia mais amplas possibilidades de lucro, mas foi a crise do escravismo desencadeada pela proibição do tráfico negreiro, no mesmo ano de 1850, que catalisou a promulgação da nova legislação fundiária (Martins, 2010 [1979]). Esta instituiu a compra como única forma de obtenção de terras, mas também reconheceu a legalidade das terras adquiridas no antigo regime de sesmarias e ratificou formalmente as posses (ocupação “mansa e pacífica” para fins de moradia e cultivo) daquelas já ocupadas. Com essa medida, o Império criou as bases econômicas e jurídicas para a extinção do trabalho escravo, pois retirou formalmente do fazendeiro a propriedade de um bem de alto valor (o escravizado), mas garantiu a propriedade da terra e possibilidade de sobre ela auferir lucros. Ao mesmo tempo, uma vez condicionada a propriedade da terra ao pagamento de pecúlio, garantia-se a dificuldade de sua aquisição, tanto da parte de ex-escravizados quanto dos imigrantes pobres que, por conta própria ou, mais tarde, subvencionados pelo Estado, vieram trabalhar no Brasil em regime de colonato.

Assim, estavam asseguradas as condições legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo após a extinção do cativo do trabalhador. O colono recebia o pagamento do trabalho em dinheiro pela colheita, mas não recebia um salário. Ao contrário, ele pagava, com o seu trabalho, pelo uso da terra para a plantação de subsistência, além de, muitas vezes, ser sujeito aos mecanismos de endividamento impostos pelo proprietário. Embora fosse um trabalhador legalmente livre, era coagido pelo fato de não possuir os meios de produção.

A instituição de um regime concentracionista, diferente, por exemplo, da opção estadunidense consagrada no *Homestead Act*, explicaria o ritmo particular da transição brasileira para o capitalismo:

A lei americana de colonização permitia que mesmo os ex-escravos pudessem se tornar proprietários de terra, sem ônus. O oposto do modelo de ocupação territorial e de capitalismo pelo qual o Brasil optara. Lá, a mudança fora presidida pelo capital; aqui, fora presidida pela economia de exportação e o latifúndio, no qual ela se baseava. Lá, o capital se arvorou politicamente contra a propriedade da

⁴ A tese da utilização de formas não capitalistas de trabalho como expressão do subcapitalismo nacional continua operante em obras das recentes do autor, a exemplo de *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista* (Martins, 2023).

terra, seguindo a ordem lógica que impusera o fim do antigo regime na Europa. Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar (Martins, 2010 [1979], p. 9).

Ou seja, “a propriedade da terra permitia a aquisição de ganho semelhante ao lucro advindo de atividades produtivas” (Suzuki, 2016, p. 5). Além disso, o capital acumulado pelos grandes fazendeiros por meio da utilização de formas não capitalistas de trabalho era direcionado para as mais diversas aplicações (ferrovias, bancos, indústrias e numerosas empresas comerciais), como restou comprovado, nas investigações de Martins (2010 [1979]), a partir do exame das listas nominais registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

A tese inova significativamente em relação a interpretações consagradas sobre as origens da industrialização no Brasil⁵, as quais defendiam ser a economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado.

Em *O cativo da terra* (Martins, 2010 [1979]), estão densamente explicados os princípios interpretativos que perpassam as três sociobiografias aqui enfocadas: a coexistência de diferentes tempos sociais engendrados pela coexistência de diferentes modelos de sociedade (o do trabalho escravo e do trabalho livre). Essa particularidade levou a que a transição para o capitalismo fosse caracterizada por uma série de mediações cujas dinâmicas, lógicas e moralidades marcavam a mentalidade e a sociabilidade dos diferentes estratos sociais daquela época.

A interpretação das mortes de Francisca Júlia é fundada nessa ambivalência, assim como essa é a chave analítica da qual Martins (2022) se vale para o estudo da obra e das particularidades vivenciais da poeta, tais como a sua aderência ao ocultismo e a práticas de mediunidade. A mudança dos tempos que marca a morte simbólica da poeta tanto impactou o estilo cognitivo nas artes e a posição da mulher na vida social, quanto esteve presente, embora em outro formato, na tensão entre a dominação pessoal e a impessoalidade que começava a ordenar a vida nas fábricas e nas cidades.

A intersecção entre os mundos rural e urbano, por sua vez, resta melhor compreendida ao co-tejarmos o estudo da biografia de Francesco Matarazzo (Martins, 1976) com os textos de *O cativo da terra* (Martins, 2010 [1979]). O exame combinado das obras revela como as condições nas quais se deu a imigração que substituiu o trabalho escravo no Brasil favoreceu a constituição de uma ideologia para a coerção do trabalhador nas fazendas, assim como esteve na origem das intuições morais do senso comum acerca das relações entre destino pessoal e mérito.

No capítulo “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira, p. 1880-1930” (Martins, 2010 [1979]), o autor explica a diferença entre as imigrações europeias, as quais aparecem nas biografias como pano de fundo – sendo a sua família materna o tipo ideal da família imigrante pobre em oposição ao Conde Matarazzo, o qual incorpora o mito do imigrante que enriquece. Muito mais provável estatisticamente era a ascensão social do migrante italiano, já que, segundo o autor,

5 Defendida, por exemplo, por Sérgio Silva, na obra *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* (2001 [1976]).

a grande diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está no fato de que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses (Martins, 2010 [1979], p. 158).

Nessa sociedade de transição, Conde Matarazzo, imigrante vindo de uma sociedade estamental, precisava provar, para si mesmo e para a classe social para a qual ascendia, a sua importância e, ao mesmo tempo, criar um mito justificador da sua riqueza diante dos trabalhadores (Martins, 2010 [1979]). Para isso, contribuiu a ideologia da mobilidade pelo trabalho (sintetizada pela famosa expressão “*fare l’America*”). Ela legitimava, a um só tempo, a concepção camponesa da vida (ideologia do trabalho de sobrevivência) e a exploração capitalista (ideologia capitalista do trabalho lucrativo) do trabalho, já que o colono trabalhava para a produção de mercadorias, mas também plantava para a própria subsistência e a de sua família (“*roça*”). Essa combinação contraditória dava a impressão de que ele trabalhava para si, e não somente para o proprietário, o que respondia ao desejo de preservar o estilo de vida camponês, sobretudo entre imigrantes italianos (Martins, 2010 [1979]), os quais, tendo sido mais numerosos na fase inicial do colonato, viveram um regime de trabalho que, em grande parte, era uma variação das condições de vida camponesas.

O que um sociólogo faz do que o mundo fez com ele: a “meta sociologia” recuperada pela autobiografia

Podem-se notar duas tendências centrais ao raciocínio sociológico de José de Souza Martins: a precedência do método sobre o conceito, e da História sobre a estrutura. Para compreender o conjunto da obra, é importante ter em perspectiva o campo contra o qual a sociologia de José de Souza Martins se fez (Bourdieu, 2005). O pesquisador se localiza como interlocutor crítico de parte do pensamento sociológico que, buscando a especificidade do Brasil, mirava no operariado e nas cidades para produzir uma explicação dualista e evolucionista da passagem do trabalho escravo para o assalariado. Buscando fazer o caminho inverso, estudando a questão agrária e recuperando os vestígios dos passados (o estamental, o escravista, o patriarcal) na sociedade que se industrializava, o sociólogo precisou articular variados objetos de pesquisa e metodologias. Ele se vale de múltiplas fontes de dados e se dedica ao exame minucioso das obras marxistas (a exemplo dos trabalhos de Rosa Luxemburgo, os quais contribuíram a elaboração da sua interpretação do colonato como trabalho “não capitalista”, ao invés de “pré-capitalista”) e marxiana, para delas retirar elementos sustentadores de suas hipóteses.

Reconhecendo a Sociologia como uma sociologia do conhecimento, recolhe pistas, detalhes, rastros, mensagens infinitesimais do cotidiano para reconstituir sistemas de conhecimento e crenças dos grupos sociais estudados. Estes últimos aparecem, sobretudo, na sua autobiografia, mas devem ser entendidos não como uma coleção de curiosidades que se prestam à sedução literária, performando a estratégia de “excesso de semiótica” que, na visão de Passeron (1995, p. 205), seria o abuso reprovável das biografias nas Ciências Sociais. Ao contrário, quando considerados em seu conjunto, percebemos que o arsenal dos elementos recuperados pela sua memória e pela detalhada investigação das trajetórias

são habilmente montados no quadro de uma interpretação da natureza permanentemente transitória da sociedade brasileira e da subjetividade dos que ocupam um não-lugar, seja no país estrangeiro, no mundo literário ou no universo acadêmico.

Por outro lado, a análise conjunta das biografias sociológicas revela uma “meta sociologia”, pois oferece a possibilidade de elaborar uma sociologia da mentalidade do sociólogo que rompe com o seu mundo de origem justamente para, obstinada e disciplinadamente, compreendê-lo. Na vida da criança e do adolescente residem vários dos objetos de pesquisas do adulto: o produtivo encontro do vivencial com o histórico-sociológico. As suas experiências de vida tanto orientaram as suas escolhas científicas quanto foram ativamente consideradas nas descrições interpretativas que, de maneira tão forte, marcam o seu estilo de escrever Sociologia, atingindo um alto nível de aperfeiçoamento literário na sua autobiografia.

Assim, o óleo do caroço de algodão, extraído em uma das dezenas de fábricas Matarazzo, conforme descrito na biografia do Conde (Martins, 2018), era o mesmo que a sua família não admitia usar no lugar da banha de porco, pois fazê-lo seria admitir um coeficiente de pobreza que procuravam afastar. O padrao era operário braçal nas indústrias Matarazzo, e foi em frente a uma das fábricas do Conde que Martins vendeu as bananas que reforçavam o almoço dos operários e simbolizavam o sacrifício justificador da riqueza do Conde no imaginário popular (Martins, 2018). Isso porque se dizia que ele havia enriquecido trabalhando duro e fazendo economia, comendo pão com banana. Assim, o motivo de honradez do operário, o devotamento ao trabalho, servia à construção do mito do grande empresário capitalista proveniente de uma sociedade estamental, mas que, no Brasil, precisava de outros recursos de legitimação da sua ascendência social. Nas descrições da sociabilidade infantil, podemos notar a influência da pesquisa sobre as Trocinhas do Bom Retiro, de Florestan Fernandes (2004), professor e colega de Martins. Na crítica sutil aos cientistas sociais da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), por não terem considerado a obra de Roberto Simonsen, vemos o moleque de fábrica da Cerâmica São Caetano, fundada por aquele industrial, ele sim, segundo Martins (2020), um empresário moderno, ao contrário do Conde Matarazzo, que nunca deixou o seu *ethos* de comerciante. Na avaliação ácida do sindicalismo brasileiro, podemos ver as lembranças do menino de importância miúda, que, assim como outras crianças daquele universo, não obtinha a atenção do sindicato por não se encaixar no estereótipo do operário. Na consideração sobre a visão mistificadora de parte da sociologia brasileira sobre o operário, subjazem os ecos das avaliações a respeito do que seria a “fábrica boa” e a “fábrica ruim”, que, se não tem significado teórico, expressaria a consciência da sociabilidade da fábrica e do bairro ao redor (Martins, 2018).

Por meio daquela arqueologia da memória social, franqueia-se o acesso à descrição dos processos de socialização do cientista social: a arquitetura das casas, da vizinhança e da fábrica; as brincadeiras infantis, a relação com os encantados e com a religião; as fases de escolarização, os hábitos de leitura, os registros linguísticos e suas transições ao longo da trajetória; os rituais de troca e augúrio, os padrões de virilidade, os coeficientes de pobreza e honra; a divisão sexual do trabalho e do espaço doméstico e cidadão. Para a compreensão dos modos de pensar e agir dos filhos de famílias operárias, são apresentadas as estratégias familiares de formação do caráter e as formas de exercício de autoridade na encenação, a meio caminho entre a etnografia e a literatura, das conversas entre adultos e crianças.

Importa mencionar, por último, a arguta hermenêutica da religiosidade popular, presente em várias das suas obras. Para os fins deste artigo, mencionaremos interpretações presentes nas sociobiografias analisadas. O intenso momento de indeterminação que, de diferentes maneiras, moldou as três biografias apresenta as condições de possibilidade para o crescimento dos movimentos evangélicos, impulsionados notadamente pela exportação estadunidense de discursos e gestualidades de matriz pentecostal e neopentecostal, mas também para a recepção de teorias e práticas de magia que marcam a Psicologia tanto dos moradores do subúrbio do ABC Paulista, migrantes ansiosos por recursos culturais que os ajudassem na adequação à cidade, quanto de Francisca Júlia, ela também desejosa de captar o lado oculto das transformações que dirigiam a sua vida.

A esse respeito, é significativa a interpretação de Martins (2018) sobre uma atitude extraordinária do padraço, que, de posse do livro de São Cipriano, tentou realizar um feitiço para ficar invisível. Mais tarde, quando teve acesso ao texto de Florestan Fernandes (2017) sobre Tiago Aipobureu⁶, uma das primeiras biografias produzidas pela “sociologia científica” da Universidade de São Paulo (USP), Martins (2018) disse compreender o ocorrido. Tratava-se da expressão do dilema do caipira que precisa enfrentar a cidade, tentando sobreviver no limiar do rural e do urbano, e que recorre às práticas místicas para conquistar a competência de praticar feitiços que lhe permitissem ficar invisível quando assim quisesse ou necessitasse. Enquanto isso, os dois enteados, frequentadores da escola e formados pelos princípios de racionalidade que ela ensinava, encaravam a situação com um tanto de graça e um tanto de perplexidade. Se seus familiares ansiavam por uma teodiceia, o investigador, honrando e subvertendo os desejos dos ancestrais, nos oferece, na sua obra, a mecânica da sociodiceia brasileira.

Considerações finais: as virtudes do artífice

Em um de seus textos, Martins (2021) afirma que, se voltasse a lecionar Introdução à Sociologia, apresentaria aos estudantes textos literários, e não somente obras das Ciências Sociais. Essa reflexão diz muito sobre o *ethos* de um intelectual que considera a si mesmo um artífice. A habilidade artesanal se constitui no aprendizado lento e no hábito (Sennett, 2009). Ela envolve um conjunto de princípios técnicos, mas também a lapidação de um caráter, marcado sobretudo pela busca de excelência na execução da obra, por um estilo de trabalho ancorado na realidade material e por atribuir a mais alta dignidade aos detalhes, com a minúcia expressa não somente no apuro estético, mas também na perícia voltada ao conhecimento do material manuseado (a exemplo do ourives medieval que, com as sondas anatômicas das pontas dos dedos, era capaz de discernir o material puro do impuro). O treinamento do artesanato sociológico envolve o apuro da escuta, do olhar e do registro escrito. Para isso, é elucidativa a ideia de consciência material (Sennett, 2009) como forma de consciência própria do artífice. Dedicar longas horas de trabalho à observação, à escuta atenta e à anotação cuidadosa e pormenorizada pode transformar o neófito montador de caixotes, que sobrepõe um fato a outro, ou um conceito a outro, em exímio marcheteiro. Este, manejando seus estiletes, lixas e paquímetros, é capaz de ajustar a técnica à natureza do tema e ao objeto para, ao final, entregar uma obra íntegra, na qual cada pedaço encontra-se apropriadamente

6 Fernandes (2017) analisou a biografia de Akirio Bororo Kaggeu, um indígena bororo nascido no final do século XIX que teria sido socializado por padres salesianos durante o período dos rituais indígenas de passagem para a vida adulta. Nomeado como Tiago Marques Aipobureu, Akirio concluiu os estudos escolares dos ocidentais e chegou a estudar na Europa, mas decidiu retornar ao povo bororo do Mato Grosso aos 18 anos de idade. O indígena experimentou em si os conflitos das socializações e das temporalidades dos indígenas e dos brancos, do que seria ser jovem e ser adulto, homem e mulher. Akirio viveu no limiar das experiências e das visões de mundo radicalmente distintas e acabou à margem dos dois mundos (Fernandes, 2017).

encaixado. De acordo com Martins, a Sociologia é, por excelência, empírico-indutiva: a atenção ao particular e a singularidade das circunstâncias levando à inteligibilidade das regularidades.

Voltando ao ensino da Sociologia com a utilização da literatura, ela favorece o aprendizado da designação de processos, ações, sentimentos e objetos, em suma, a atividade de descrição. A atenção a cada pequena peça revela o vivencial, o senso comum ou o conhecimento tácito, ao trazer “à superfície da consciência aquele conhecimento que se tornou tão óbvio e habitual que parece natural” (Sennett, 2009, p. 206). O esmero na descrição, assim como o acurado manuseamento do material histórico, são os primeiros passos para a correta avaliação da robustez dos indícios e para o bom dimensionamento teórico. Não por acaso, Martins (2018, p. 342), com a intencionalidade didática que caracteriza a sua autobiografia, nos revela que as suas primeiras atividades de pesquisador autodidata aconteceram nos arquivos no Departamento do Arquivo do Estado e no Arquivo Histórico Municipal.

No rol das virtudes do sociólogo artífice, é necessário destacar, também, a prontidão de quem habituou o seu espírito à identificação do acontecimento impremeditado. Este, muitas vezes, precipita o que estava denegado, ao revelar o que restava obliterado ou eufemizado. Nesses momentos-chave, o artesão experiente saberá interpretar fatos, falas e gestualidades, apesar da imprevisibilidade do ocorrido.

Por fim, a combinação de curiosidade inquisitiva e interação respeitosa. O escrutínio da realidade acompanhado da vigilância ética em cada etapa, de modo a equilibrar o orgulho pelo próprio trabalho com a avaliação do benefício e da utilidade que ele pode oferecer ao mundo que se busca compreender.

Priscila de Oliveira Coutinho é doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e Professora de Sociologia da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Marília Márcia Cunha da Silva é doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

Agradecimentos

Agradecemos aos organizadores do dossiê, aos pareceristas e à equipe editorial. Estendemos a nossa gratidão aos nossos estudantes, para quem escrevemos esse artigo.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2005). *Esboço de autoanálise*. Companhia das Letras.
- Fernandes, F. (2004). As trocinhas do Bom Retiro. *Revista Pro-Posições*, 15(1), 229-250.
- Fernandes, F. (2007). Tiago Marques Aipobureau, um bororo marginal. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 19(2), 293-323. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000200012>
- Ferreira, A. E. C. S. (2018). *Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudos das margens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. Repositório Institucional da PUC Goiás. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13661>
- Hallak, M. (2018). Alienação do trabalho em Marx: dos Manuscritos de 1844 a O capital. *Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas*, 24(1), 58-73.
- Keller, P. F. (2014). O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, 41, 323-347.
- Martins, J. D. S. (1976). *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. Hucitec.
- Martins, J. D. S. (2010). *O cativo da terra*. Contexto.
- Martins, J. D. S. (2013a). *A Sociologia como aventura: memórias*. Contexto.
- Martins, J. D. S. (2013b). O artesanato intelectual na Sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(21), 13-48. <https://doi.org/10.20336/rbs.41>
- Martins, J. D. S. (2018). *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*. Ateliê Editorial.
- Martins, J. D. S. (2021). *Uma Sociologia da vida cotidiana: ensaio na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefèbvre*. Contexto.
- Martins, J. D. S. (2022). *As duas mortes de Francisca Júlia: a Semana antes da Semana*. Editora Unesp.
- Martins, J. D. S. (2023). *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista*. [Editora não informada].
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Jorge Zahar.
- Passeron, J. C. (1995). *O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural*. Vozes.
- Pioneiros: Perfil de Roberto Simonsen por José de Souza Martins. *YouTube*, 14 de set. de 2020. Duração: 15m07s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lb6-9TW5RYc>. (Acesso em: 30

jan. 2026.)

Sennett, R. (2009). *O artífice* (2. ed.). Record.

Silva, S. (1976/2001). *Expansão e origens da Indústria no Brasil* (8. ed.). Editora Alfa Ômega.

Suzuki, J. C. (2016a). Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. *Cadernos Prolam/USP*, 15(29), 136-157. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133912>

Suzuki, J. C. (2016b). *José de Souza Martins: percursos metodológicos de leitura da sociedade brasileira*. Guia bibliográfico da FFLCH.

O ARTESÃO DAS TRAJETÓRIAS: UMA ANÁLISE DE OBRAS SOCIOBIOGRÁFICAS PRODUZIDAS POR JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Resumo: O artigo apresenta parte do artesanato intelectual construído por José de Souza Martins, especialmente aquele que resultou em estudos sobre as trajetórias da poetisa Francisca Júlia, do industrial Conde Matarazzo e do próprio autor. As sociobiografias fornecem análises sobre o advento da modernidade brasileira. Na primeira parte do texto, seguindo a cronologia dos processos sociais e históricos brasileiros privilegiados nas pesquisas, há uma exposição das obras. A segunda parte argumenta que a análise dos três percursos ganha profundidade com o estudo dos textos dedicados à questão agrária no Brasil. Além disso, argumenta-se que a autobiografia do autor se presta a uma meta sociologia, na medida em que oferece uma série de pistas para uma espécie de sociologia da mentalidade do sociólogo. Isso concede particular caráter pedagógico àquela obra. As considerações finais apresentam uma breve reflexão sobre as virtudes do sociólogo artífice.

Palavras-chave: sociobiografias; José de Souza Martins; artesanato intelectual; modernidade brasileira.

THE CRAFTSMAN OF TRAJECTORIES: AN ANALYSIS OF SOCIOBIOGRAPHICAL WORKS PRODUCED BY JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Abstract: This article presents part of the intellectual craftsmanship constructed by José de Souza Martins, especially that which resulted in studies on the trajectories of the industrialist Conde Matarazzo, the poet Francisca Júlia, and the author himself. The socio-biographies provide analyses on the advent of Brazilian modernity. The article's first part presents these works, following the chronology of the Brazilian social and historical processes privileged in the researches. The second part argues that the analysis of the three trajectories gains depth with the study of the texts dedicated to the agrarian question in Brazil. Furthermore, it is argued that the author's autobiography lends itself to a meta-sociology, insofar as it offers a series of clues for a kind of sociology of the sociologist's mentality. This gives a particular pedagogical character to that work. The final considerations present a brief reflection on the virtues of the craftsman sociologist.

Keywords: sociobiographies; José de Souza Martins; intellectual craftsmanship; Brazilian modernity.

EL ARTESANO DE TRAYECTORIAS: UN ANÁLISIS DE LAS OBRAS SOCIOBIOGRÁFICAS PRODUCIDAS POR JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Resumen: El artículo presenta parte de la obra intelectual construída por José de Souza Martins, especialmente aquella que resultó en estudios sobre las trayectorias de la poeta Francisca Júlia, del industrial Conde Matarazzo y del propio autor. Las sociobiografías proporcionan análisis del advenimiento de la modernidad brasileña. En la primera parte del texto, siguiendo la cronología de los procesos sociales e históricos brasileños privilegiados en la investigación, hay una exposición de las obras. La segunda parte argumenta que el análisis de los tres caminos gana profundidad con el estudio de textos dedicados a la cuestión agraria en Brasil. Además, se sostiene que la autobiografía del autor se presta a una metaso-

ciología, en la medida en que ofrece una serie de pistas para una especie de sociología de la mentalidad del sociólogo. Esto otorga un carácter pedagógico particular a esa obra. Las consideraciones finales presentan una breve reflexión sobre las virtudes del sociólogo artesano.

Palabras-clave: sociobiografías; José de Souza Martins; artesanía intelectual; modernidad brasileña.

SUBMETIDO: 16/03/2025

APROVADO: 08/10/2025

PUBLICADO: 10/04/2026



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons* BY-NC